



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO – EDITAL Nº 90119/2024

Objeto: Execução de Capa Asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), de Pavimentação Asfáltica com CBUQ e de Pavimentação em Bloco Intertravado de concreto (bloquete), em vias de diversos municípios inseridos na área de atuação da 16ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado de Minas Gerais – NOROESTE.

OBJETIVO

Analisar o recurso apresentado pela empresa JS CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA, CNPJ nº 16.910.656/0001-81, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa J C CONSTRUCOES E IMOBILIARIA LTDA, CNPJ nº 04.345.274/0001-73, para os itens 02 e 03 do Edital 90119/2024.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se do Edital nº 90119/2024 – Pregão Eletrônico, cujo objeto é a Execução de Capa Asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), de Pavimentação Asfáltica com CBUQ e de Pavimentação em Bloco Intertravado de concreto (bloquete), em vias de diversos municípios inseridos na área de atuação da 16ª Superintendência Regional da Codevasf, no Estado de Minas Gerais – NOROESTE.

A proposta da empresa J C CONSTRUCOES E IMOBILIARIA LTDA, CNPJ nº 04.345.274/0001-73, para os itens 02 e 03, foi aceita e habilitada.

Tempestivamente a empresa JS CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA, CNPJ nº 16.910.656/0001-81, registrou intenção de recurso no sistema e, em continuidade, dentro do prazo estabelecido, encaminhou seu recurso.

Não houve registro de contrarrazão.

RECURSO E ANÁLISE

Quanto ao recurso impetrado para os referidos itens, em suma, a recorrente dispõe acerca de alegada ausência de comprovação dos serviços de base e sub-base e impossibilidade de juntada de novos documentos em sede de diligência, de alegada apresentação de certidão de registro e quitação vencida e de alegada necessidade de diligência para averiguar a regularidade dos atestados técnicos apresentados.

Sendo assim, analisaremos por partes:

I – Quanto à alegação de ausência de comprovação dos serviços de base e sub-base e impossibilidade de juntada de novos documentos em sede de diligência



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Em seu recurso, a empresa JS CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA, CNPJ nº 16.910.656/0001-81, alega que:

“4. Conforme se extrai do sistema eletrônico, a fornecedora J C Construções foi declarada vencedora dos Itens 2 e 3 do Pregão Eletrônico nº 90119/2024. No entanto, a empresa não comprovou a execução de serviços de base e sub-base, para fins de qualificação operacional, na forma e quantidade exigidas pelo edital.

5. Ocorre que a empresa J C apresentou para a atestação operacional, exclusivamente para atestação dos serviços “base/Sub-base”, atestados de conservação de manutenção de estradas vicinais, o que se distancia em muito da comprovação de execução de “base/Sub-base” o que foi pedido em edital. Chamamos a atenção para a diferenciação dos serviços de conservação e manutenção de estradas vicinais (TERRAPLENAGEM), para os serviços de PAVIMENTAÇÃO, exigidos em edital. Numa análise simplista podem até ter um entendimento de serviços parecidos, mas são demasiadamente diferentes.

(...)

12. Além disso, é vedada a inserção de novos documentos em sede de diligência, uma vez que essa se destina apenas à complementação de informações ou atualização de documentos já inseridos anteriormente. (...)”

A empresa, então, requer a revisão de decisão de habilitação da empresa declarada vencedora.

Considerando a questão eminentemente técnica apresentada no recurso da Licitante, os membros técnicos da Comissão de Licitação se manifestaram acerca da situação da seguinte forma:

“Dessa forma, à luz do princípio de vinculação ao instrumento convocatório, conclui-se que, considerando o item 9.1, alínea c4) do Termo de Referência, os serviços de compactação podem ser equiparados, em termos de porte, aos serviços de base e sub-base, uma vez que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes.

A comissão de licitação concluiu ainda que desconsiderar os serviços apresentados como qualificação técnica pela J C Construções e Imobiliária Ltda. configuraria uma restrição desproporcional à competitividade. A empresa demonstrou, de forma concreta, possuir as condições técnicas necessárias para a execução dos serviços licitados.

Dessa maneira, com o objetivo de assegurar a escolha da melhor proposta e garantir economicidade à Administração Pública, os atestados inicialmente apresentados pela J C Construções e Imobiliária Ltda foram considerados suficientes para habilitação técnica.

(...)

Em sequência a impetrante alega, conforme item 12, que é vedada a inserção de novos documentos em sede de diligência.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Destaco o acórdão Acórdão 2443/2021-TCU-Plenário, contendo o ensinamento de que a vedação de inclusão de documento previsto no artigo 64, da Lei 14.133/2021, não alcança documento destinado a atestar condição preexistente, como segue:

“Acórdão 2443/2021-TCU-Plenário

Enunciado

A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência.”.”

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

No que tange à temática em análise no momento, cumpre salientar que, considerando a natureza da avaliação, o aceite da documentação de habilitação no que tange à qualificação técnica foi realizado após análise dos membros técnicos da Comissão de Licitação, os quais analisam a situação e embasam a decisão do pregoeiro. Ademais, quando do recebimento do presente recurso, foi solicitada manifestação aos referidos membros quanto ao exposto, os quais apresentaram Nota Técnica, a qual será disponibilizada no Site da Codevasf junto a esta decisão.

Desta forma, resta claro que foram tomadas as devidas providências pelo pregoeiro, tanto no momento da habilitação quanto na análise do presente recurso. Ademais, considerando a manifestação técnica apresentada, nada resta além de acatar o entendimento da equipe técnica de julgamento, a qual concluiu pela equivalência técnica entre os serviços apresentados, dado o compartilhamento de características técnicas e operacionais, objetivando assegurar a escolha da melhor proposta e garantir economicidade à Administração Pública.

Em complemento, como bem explicitado na manifestação dos membros técnicos da Comissão de Licitação, a vedação de inclusão de documento previsto no artigo 64 da Lei 14.133/2021 não alcança documento destinado a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública, conforme ensina o Acórdão 2443/2021-TCU-Plenário.

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

II – Quanto à alegação de alegada apresentação de certidão de registro e quitação vencida

Em seu recurso, a empresa JS CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA, CNPJ nº 16.910.656/0001-81, alega que:

“15. Nos termos do item 9, alínea ‘D’ do anexo II do Edital, para comprovar a qualificação técnica, a licitante deve comprovar que possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA ou no CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

16. Ocorre que, conforme se pode verificar na página 55 dos documentos de habilitação apresentados pela J C Construções, a Certidão de Registro e Quitação expedida pelo CREA-MA para o profissional Ronaldo de Amorim Cardoso venceu no dia 31/03/2024, ou seja, meses antes da data de entrega da proposta (...)"

A empresa, então, requer a inabilitação da empresa declarada vencedora e sua consequente desclassificação.

Considerando a questão eminentemente técnica apresentada no recurso da Licitante, os membros técnicos da Comissão de Licitação se manifestaram acerca da situação da seguinte forma:

"Conforme item 16, a impetrante afirma que a Certidão de Registro e Quitação expedida pelo CREA-MA para o profissional Ronaldo de Amorim Cardoso venceu no dia 31/03/2024, ou seja, meses antes da data de entrega da proposta.

Ocorre que dentre os vários documentos apresentados na fase de habilitação, foi apresentada certidão de quitação com data compatível, conforme destacado abaixo:

(...)"

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Considerando a manifestação técnica apresentada, a qual evidenciou a documentação que foi considerada na análise da documentação quanto ao tópico questionado, siga o entendimento emanado pelos membros técnicos da Comissão de Licitação quanto à adequação da análise documental.

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

III – Quanto à alegada necessidade de diligência para averiguar a regularidade dos atestados técnicos apresentados

Em seu recurso, a empresa JS CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA, CNPJ nº 16.910.656/0001-81, alega que:

"32. Dos documentos de habilitação apresentados pela licitante, verifica-se na página 72 a presença de um atestado de capacidade técnica supostamente expedido pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo da cidade de Bacabal -MA, referente ao Contrato nº 04060101/2021.

33. Ocorre que, realizando-se consulta através do portal da transparência da Prefeitura Municipal de Bacabal – MA, (<https://www.bacabal.ma.gov.br/contratos>), não há informações acerca do contrato indicado. Do mesmo modo, no detalhamento de despesas por fornecedor, realizando a consulta pelo nome da Licitante J C Construções e Imobiliária LTDA., CNPJ nº 04.345.274/0001-73, (scpi.moraescloud.com.br:8076/Transparencia/Default.aspx?AcessoIndividual=InkDespesasPor_Fornecedor), também não há informações de despesas referentes a esse contrato."



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

A empresa, então, requer a inabilitação da empresa declarada vencedora e sua consequente desclassificação ou, alternativamente, promoção de diligência, na forma do art. 64, I, da Lei nº 14.133/2021, para verificar a regularidade do atestado técnico.

Quanto à questão apresentada, os membros técnicos da Comissão de Licitação se manifestaram acerca da situação da seguinte forma:

“Em relação ao item 32, a impetrante afirma verificar a presença de um atestado de capacidade técnica supostamente expedido pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo da cidade de Bacabal -MA, referente ao Contrato nº 04060101/2021. Em sequência alega não haver informações acerca do contrato indicado.

Com relação a esse argumento, informa-se que o contrato firmado entre a Prefeitura de Bacabal e a empresa J C Construções e Imobiliária Ltda. bem como seus termos aditivos foram identificados no link a seguir: <https://www.bacabal.ma.gov.br/licitacao/61>

Assim, como de fato houve contratação e emissão de atestado de capacidade técnica assinado pelo responsável técnico da prefeitura e pelo responsável legal da prefeitura, considerando o princípio de boa-fé, a equipe de licitação aceitou os documentos apresentados.”

Sendo assim, quanto ao tópico, segue a análise cabível:

Considerando a manifestação técnica apresentada, os membros técnicos da Comissão de Licitação explicitaram de maneira clara os procedimentos realizados quanto à verificação do contrato firmado entre a Prefeitura de Bacabal e a empresa J C Construções e Imobiliária Ltda. bem como seus termos aditivos.

Em complemento ao relatado, ressalto ainda que, em análise equivalente realizada pela equipe de julgamento do Edital nº 90101/2024 da Codevasf, foi feita, conforme peça nº 96 do Processo 59500.002760/2024-49-e, foi realizada diligência em 27/12/2024 à prefeitura de Bacabal, a qual, em resposta, não negou a veracidade da CAT 875842/2022 e enviou a Ata de Registro de Preços nº 202104060101/2021, o extrato e publicação da ata e a Anotação de Responsabilidade Técnica referente a Certidão de Acervo Técnico nº 875842/2022, cujo status pelo CREA MA é de ART baixada em virtude da conclusão da obra/serviço, confirmando, assim, a execução dos serviços.

Sendo assim, dado o exposto, quanto a esse aspecto, considera-se a alegação **IMPROCEDENTE**.

CONCLUSÃO

Diante do exposto e esgotados os aspectos alegados pela recorrente, levando-se em conta também a conclusão dos membros técnicos da Comissão de Licitação de que a empresa J C



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Construções e Imobiliária Ltda. apresentou documentação válida e conseguiu comprovar com êxito sua qualificação técnica, atendendo integralmente aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência, considera-se **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela empresa JS CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA, CNPJ nº 16.910.656/0001-81, contra a decisão proferida pela Comissão de Licitação que habilitou a proposta da empresa J C CONSTRUCOES E IMOBILIARIA LTDA, CNPJ nº 04.345.274/0001-73, para os itens 02 e 03 do Edital 90119/2024.

Brasília/DF, 23 de janeiro de 2025.

Assinado Eletronicamente
Victor Leopoldo Batista de Moura Cantalice
Pregoeiro – Decisão 2156/2024